

SESSÕES DO PLENÁRIO

81ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ADERBAL CALDAS “3º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Capitão Tadeu, Edson Pimenta, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, J. Carlos, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Pedro Alcântara e Sérgio Passos. (25)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do Expediente do dia 17/09/2009.)

OFÍCIOS

Da Dep. Eliana Boaventura, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05 e 19/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Sandro Régis, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 25 e 31/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 24/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem, felizmente, a Câmara dos Deputados avançou não numa reforma eleitoral, não numa reforma política, mas sobretudo em alguns pontos importantes da atividade parlamentar. O texto aprovado em Plenário, do deputado Flávio Dino, que teve uma forte participação do deputado federal ACM Neto a respeito da internet.

Os candidatos poderão usar...

O Sr. Pedro Alcântara:- Isso não é reforma.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) já falei, deputado. Eu aprendi com V.Ex^a, deputado Pedro Alcântara, alguma coisa do Parlamento, quando V.Ex^a foi meu líder. Quero que retorne para a nossa bancada que será um prazer enorme, deputado Pedro Alcântara. Eu aprendei com ele muita coisa, quando foi meu líder. Espero que V.Ex^a retorne aos braços do futuro governo.

Mas voltando ao assunto, a Câmara libera a internet nas campanhas eleitorais. A Bancada de Oposição nesta Casa, tendo à frente o assessor Marcelo Cazuquel, tem avançado na colocação dos Srs. Parlamentares de Oposição nos blogs, nos sites.

Hoje você quer, terminado este pronunciamento meu, ouvir ao vivo, basta acessar o nosso site. Terminada a fala do deputado de Oposição, imediatamente, esse discurso é colocado no site da liderança da Oposição e no site do deputado.

Por que isso? Porque já antevíamos a necessidade da participação dos Srs. Parlamentares em uma das ferramentas mais modernas de comunicação que é a internet. E na medida em que ela avança, seja através do site, seja através do blog, seja através do twitter ou quaisquer outras ferramentas, temos que nos atualizar, temos que nos profissionalizar, meu querido amigo cuja presença enriquece este Parlamento, deputado Ângelo Coronel...

O Sr. Ângelo Coronel:- Obrigado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) deputado José Nunes que no sábado estará recebendo o ex-governador Paulo Souto e vários parlamentares, o senador César Borges, em companhia da Exm^a Sra. Prefeita Fátima Nunes, que tenho a honra, a alegria e a felicidade de ter trabalhado com ela quando V.Ex^a era o prefeito. E se não fosse ela, naquela oportunidade, desenvolvendo um forte trabalho social, juntamente com outras organizações e a qual eu trabalhava que se chamava LBA, Legião Brasileira de Assistência, tivemos a oportunidade e estaremos no sábado comemorando as festividades de Euclides da Cunha cuja administração da prefeita Fátima foi de no início reformular, reconstruir, dar um choque de gestão naquela administração. Isso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são motivos de orgulho para este Parlamento.

Ontem, eu aqui dizia, Sr. Presidente, e quero fazer um registro de agradecimento ao Hospital Santa Isabel. Depois de uma luta de mais de 48 horas conseguimos internar um paciente do município de Valença que foi acometido de um infarto do miocárdio no Hospital Santa Isabel. Portanto, quero registrar nesta manhã

de quinta-feira os nossos agradecimentos em nome da nossa Bancada, da nossa Assembleia Legislativa ao Hospital Santa Isabel por ter salvado mais uma vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado representante de Juazeiro, Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem nós abordamos no Grande Expediente aqui nesta Casa a questão da reforma política que não houve, não posso tachar nem de minireforma eleitoral, onde avançou-se apenas na disciplinação do uso da internet nas nossas campanhas.

Hoje é uma preocupação que aflige a todos nós essa movimentação partidária, pelo término do prazo de filiação de um ano anterior à eleição, prazo mínimo exigido de filiação partidária para que possa se concorrer nas eleições do próximo ano.

No Partido da República, PR, ex-PL, resultado da fusão com o Prona, há concepções diferentes. O TRE baiano, por uma consulta feita pelo deputado Sandro Régis em relação à fusão com o Prona, entende o TRE da Bahia que em função dessa fusão estariam liberados tanto os filiados do PR como do Prona para filiar-se em novas agremiações sem comprometer o seu mandato em função da fidelidade partidária. Mas a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral é outra, não é a mesma do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Continuam os problemas, continuam as indecisões e é necessário que se tome uma posição, e cobro aqui da tribuna, como Líder do Partido nesta Casa, um consenso e entendimento, haja vista que o Partido na Bahia continua, em relação, falo eu, aos deputados estaduais, divididos – alguns deputados tendentes a apoiar o atual governador e outros a outras candidaturas já postas de antemão.

Entendo eu, estou fazendo uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral e também ao TRE se a filiação deve ser ao partido ou à coligação que o partido, porventura, no futuro venha a fazer. Vamos exemplificar, e eu gosto muito de colocar as coisas com muita transparência, o caso do meu partido, porque eu não gosto de fazer ingerência em outras legendas e fazer suposições contra a legenda. A minha, que eu deverei fazer no próximo ano 20 anos de filiação nesse partido, já são 5 mandatos nesse partido.

E, exemplificando, o senador César Borges tem declarado reiteradas vezes, e com certeza será o seu caminho, que não apoiará o candidato Wagner à reeleição. Está conversando tanto com o PMDB como com o DEM para uma futura coligação. Tem defendido, a bem da verdade, uma coligação ampla, talvez até das três legendas, na sucessão governamental e que o candidato não seja o governador Jaques Wagner.

Claro que o senador é candidato à reeleição. Aí estou perguntando ao Tribunal Regional Eleitoral e ao TSE se deixarei de ser fiel ao meu partido se não apoiar o candidato da coligação que porventura ele venha fazer a governador, mas apoiando o candidato do partido. Se a fidelidade tem que ser ao partido ou à coligação partidária.

É uma pergunta que eu, através dos meus advogados, estou fazendo ao TRE e

também ao Tribunal Superior Eleitoral. Porque há divergências. Em relação à questão de Sandro Régis, há uma divergência entre o TRE e o TSE, e nós não podemos ir para uma eleição com dúvidas, porque está em jogo o nosso mandato, a nossa carreira política.

Para concluir, Sr. Presidente.

Então, entendo que as coligações têm prazo até julho do próximo ano, enquanto na questão da filiação partidária o prazo está exíguo. Faltam duas semanas. Prazo insuficiente para tamanhas dúvidas que foram geradas neste País em função, volto a repetir, do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara não terem tido capacidade, competência e interesse em fazer uma reforma política.

Está aí este imbróglio que hoje aflige a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado João Bonfim, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores ouvintes da *TV Assembleia*, assumo hoje a esta tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa uma preocupação que estamos vivenciando na Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação, por mim presidida. Ela tem recebido de diversos municípios da Bahia preocupações muito grandes com relação aos conflitos existentes devido aos limites entre 416 deste Estado, os quais convivem desde 1953 com uma lei que regulamenta esta situação.

Sei que o deputado Gilberto Brito me olhou espantado quando eu disse 416 municípios da Bahia. Mas exatamente 416, deputado, têm problemas de conflito de limites, com exceção de Cairu, porque este se trata de uma ilha. Os outros 416 realmente têm problemas de limite.

Ontem, tivemos a oportunidade de realizar uma reunião na SEI, onde se fizeram presentes diversos ou quase todos os prefeitos do Sudoeste baiano, região essa que tem um dos maiores problemas. Temos situações, deputado Gilberto Brito, em que a sede do município está, pela lei de emancipação, situada dentro do território de um outro município. E, por mais esforço que a Comissão de Assuntos Territoriais desta Assembleia tenha feito no sentido de encontrar a solução para esse tipo de problema, a gente esbarra o tempo todo no impedimento legal da Constituição Federal, que tirou esta prerrogativa das Assembleias.

Nós precisamos concentrar esforços para buscar junto ao Senado Federal e à Câmara de Deputados a solução para o problema. O Brasil precisa, além de emancipar novos municípios, encontrar solução para os problemas de fusão, de incorporação e de desmembramento nos seus municípios. A emenda constitucional número 13, que tramita, arrasta-se no Congresso Nacional há muitos anos, precisa ser aprovada para que possamos ter aqui a solução definitiva para diversos conflitos. São muitos os municípios que diariamente nos procuram, para que possamos encaminhar a solução. Não se sabe de quem é a competência. Os prefeitos e lideranças municipais

procuram o IBGE, que se mostra incompetente para resolver esse problema. São encaminhados para a SEI que também não tem prerrogativa de alterar as leis e modificar os limites.

A competência da SEI se limita a fazer a parte de cartografia e fazer os mapas de acordo como que as leis visem. E aqui encontramos leis que são verdadeiras confusões, onde a identificação de pontos ou a própria maneira que foi escrita, dificulta muito para os órgãos competentes resolverem essa demanda.

Eu sei que não parece ser preocupante, deputado José Nunes, neste momento, mas o ano que vem é ano de censo demográfico e aí, aquelas populações que têm seus limites errados, poderão sofrer perdas de população e, conseqüentemente, perderem também recursos oriundos do governo federal, através do SPM. Poderá haver redução de população e, por isso, índice da cota de SPM.

Então, é preciso que tomemos uma posição e busquemos solução para esse problema grave que hoje traz muita preocupação aos integrantes da Comissão de assuntos territoriais e emancipação das Assembleia Legislativa do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado, representante de Euclides da Cunha, José Nunes, para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero, nesta oportunidade, registrar que no próximo dia 19, sábado, teremos a comemoração do aniversário da cidade de Euclides da Cunha e, na oportunidade, nobre deputado Heraldo Rocha, teremos uma grande festa onde vai culminar com a inauguração da estátua do escritor Euclides da Cunha, e isso certamente, vai servir, no mínimo, nobre deputada Antônia Pedrosa, para aumentar a autoestima do povo da minha terra.

Vai ser uma festa bonita, onde contaremos com a orquestra sinfônica, com banda de fanfarra, com festa de largo e, portanto, todos os Senhores e Sr^{as} Deputadas estão, nesta oportunidade, convidados para irem a minha terra, no dia 19 de setembro.

Nessa oportunidade, deputada Antônia Pedrosa, ainda estaremos fazendo a celebração dos 100 anos de morte do escritor Euclides da Cunha, que é conhecido internacionalmente, pela grande obra Os Sertões.

Os Sertões é uma obra das mais lidas no mundo inteiro, porque realmente retrata a história do massacre da guerra de Canudos, acontecida um século atrás. A Guerra de Canudos foi uma guerra social, sem precedente na história do país, onde morreram quase todos os habitantes daquela região, onde, por último, ficaram apenas 3 e na frente dos canhões disseram: “Canudos não se rendeu”. E simplesmente o exército brasileiro terminou matando, também, aqueles três.

De forma que é uma história bonita, mas que enfeia a história desse país, que está registrado no livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha.

E volto a dizer, no dia 19 de setembro, ergueremos a estátua desse grande escritor brasileiro. Todas as Sr^{as} e os Srs. Deputados estão convidados para essa

grande festa, inclusive, nobre deputado Gilberto Brito, a prefeita Fátima Nunes teve a oportunidade de lhe convidar pessoalmente. Estendo o convite da prefeita Fátima Nunes a todos os Srs. Deputados. Teremos uma festa grandiosa, como disse há pouco, com orquestra sinfônica, banda de fanfarra, apresentação teatral encenando a guerra de Canudos, inclusive é uma oportunidade ímpar para que aqueles que não conhecem bem a história da guerra possam, realmente, vivenciá-la nesse dia que será cultural, voltado para as comemorações dos 100 anos da morte do escritor Euclides da Cunha.

De forma, Sr^{as} e Srs. Deputados, que nessa oportunidade estaremos recebendo várias autoridades, inclusive já foi confirmada a presença de vários deputados desta Casa, de deputados federais, senadores, governador, ex-governador. Lá, vamos fazer uma festa democrática onde todos aqueles que de certo modo gostam da obra de Euclides da Cunha, ou seja, os euclidianos estarão reunidos naquela cidade participando dessa festa grandiosa que certamente vai honrar a cidade.

Nobre deputada Antônia Pedrosa que me assiste com muita atenção, gostaria de que V.Ex^a pudesse comparecer àquela cidade para conhecê-la e ver que o Sertão também tem grandes oportunidades para as pessoas que moram naquela terra, embora não tenha a grandeza, a pujança da agricultura do Oeste que eu admiro muito, mas lá temos a agricultura do feijão e do milho, temos a pecuária, enfim, o comércio desenvolvido. Por isso digo que me sinto muito honrado em pertencer àquelas plagas, àquela cidade importante do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):-Dando prosseguimento aos trabalhos do Pequeno Expediente, fará uso da palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de 05 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio à baila um assunto que me interessa e a todos os deputados, a todos os prefeitos, a toda população de cada município do Estado da Bahia que diz respeito aos limites territoriais dos nossos municípios.

Entendo que a SEI e o IBGE não têm competência para alterar os limites de povoados que sempre pertenceram a determinados municípios. Alguns deles eu conheço, desde os tempos imperiais pertenciam a determinado município, sempre administrado, tido e respeitado como daquele município e todos os títulos de domínio das propriedades daquela comunidade são pertencentes ao município e à comarca tal, e todas as pessoas têm o seu registro de nascimento com assento no cartório de tal município. De repente, entendem o IBGE e a SEI que aquele povoado deve pertencer a outro município - ele pertencia ao município X, mas deve pertencer ao município Y.

Essa confusão gera conflitos. As populações reclamam, meu caro presidente João Bonfim, que, quando é para receber impostos, todos querem ser dono daquela área territorial. Quando é para cumprir deveres, para atender pleitos da população, o município atribui ao outro a competência.

Conversava, há pouco, com o deputado João Bonfim sobre muitos casos em que eles imaginam que a área, ao se conferir, pertence a outro município, eles estão redondamente enganados, equivocados. Eu citaria aqui, meu nobre deputado João Bonfim, o município de Crisópolis com Olindina. A partir do município de Inhambupe, a linha divisória desse município vai a um lugar denominado de 67. Essa comunidade denominada de 67 era um quilômetro de uma antiga rodovia, uma BA.

Hoje, com o advento da BR-110, nobre deputado Heraldo Rocha, desenvolveu-se um novo município às margens dessa BR com a mesma denominação. Eles têm razão em assim pensar, porque se diz textualmente na lei que fica aquele povoado de 67 para o município de Crisópolis. Quando, na realidade, o povoado que se desenvolveu, é o grande povoado hoje e tem a mesma denominação, está situado no município de Olindina. O IBGE - depois de publicar a população de Olindina com um número bem maior, pois esse povoado tem mais de 800 habitantes -, veio depois fazer nova publicação, subtraindo do município de Olindina para Crisópolis, que são dois municípios pelos quais eu tenho igual interesse, pois Crisópolis, que é a minha terra, a qual represento majoritariamente, e Olindina é o município onde exerço atividade política e onde resido. De forma que há um equívoco em duas comunidades com a mesma denominação.

Então, mister se faz que o governo do Estado proponha trazermos o problema à baila, à discussão, aqui nesta Casa para que possamos, a Maioria, fruto de acordo, de entendimento entre os gestores municipais, homologar esses acordos e outros tais em que fixemos esses limites. É necessário e urgente, porque muitos municípios perdem receita, e em algumas comunidades gera-se até conflitos, porque as populações que sempre pertenceram a determinado município não aceitam vir a pertencer a outro por dificuldades geográficas e estratégicas, e por terem toda a documentação das suas propriedades e das pessoas naquele outro município, ao qual entenderam ser vinculados.

Então, mister se faz, com a urgência necessária, que venhamos discutir e fixar esses limites, e que o governador venha a homologar essas decisões, pondo fim a esses conflitos que causam prejuízos e transtornos aos munícipes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):-Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilberto Brito pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputado João Bonfim, que preside a Comissão de Divisão Territorial da Casa, V.Ex^a enfocou aqui um tema, posteriormente ratificado pelo deputado Aderbal, quanto às divisões territoriais dos municípios que têm-se constituído um grande problema, principalmente para os municípios pequenos. Muitos deles estão hoje classificados no percentual 0,8 do FPM. Tendo em vista algumas posições de divisão territorial, tendem a cair para 0,6, o que enseja uma redução de aproximadamente R\$ 150 mil por mês quanto ao FPM. Isso poderá inviabilizar algumas gestões e causar o fracasso pleno de algumas comunidades,

desde quando elas, sendo transferidas do seu limite territorial para outro município e por se encontrarem plenamente distantes da sede e também pela desmotivação do município em recebê-las, vão ensejar uma dificuldade muito grande.

Então, eu acho que é o momento, deputado João Bonfim, de nós todos, principalmente V.Ex^a, como presidente da comissão, desenvolvermos um trabalho junto à SEI para que possa ver um caminho de o IBGE estabelecer determinados critérios, tanto em referência à nova ação das pesquisas feitas quanto ao censo a se realizar brevemente.

Mas um outro assunto de que gostaria de tratar aqui e que foi motivo de minha subida à tribuna é com referência aos presídios da Bahia. Nós vivemos, há pucos dias, uma experiência bem triste, quando, por uma ação feliz do governo e sobretudo do Serviço de Inteligência da Segurança Pública, detectou-se a ação dos traficantes com seus tentáculos extrapolando os limites dos presídios e controlando o tráfico de drogas. Alguns foram identificados e, por via de consequência, transferidos para presídios de alta garantia, de alta segurança e de impossível comunicação dos internos com o mundo externo.

Então, eu gostaria, aqui neste momento, de conclamar o secretário Pelegrino no sentido de viabilizar os meios necessários para que nós possamos isolar todos os presídios da Bahia do contato via telefone celular. Acredito que, isso sendo feito, não somente no que concerne à inviabilidade das transmissões pelas ondas próprias do telefone celular mas também com equipamentos próprios para detectar alguém que tenha acesso ao presídio portando algum equipamento com o seu componente de metal, possa logo ser identificado e rejeitado o seu ingresso ou mesmo até feita uma constatação para ver se alguém porta algo, via de regra, o telefone celular.

Todos os aeroportos são dotados de detectores de metais. Creio que o custo não seja tão elevado. Creio que a operação desse sistema não traga tamanha conturbação nem mesmo venha a onerar de forma pesada para o Estado sua instalação. Então, eu acho que é uma ação própria, uma coisa que já está passando do momento e do tempo certo, já deveria ter sido feita há muito tempo. A partir do momento em que os aeroportos passaram a ter detectores de metais, por que não os presídios, onde o tráfico de influência e, às vezes, muitas ações nefastas de alguém ter se comprometido com o meio social e a paz e sobretudo com o cumprimento no que concerne à Lei das Execuções Penais para que quem está lá cumprindo pena não venha a ter acesso com mundo exterior?

Então, eu conclamo aqui o responsável e deliberado secretário Pelegrino no sentido de viabilizar, deputado Álvaro, os meios materiais necessários para a implantação de detectores de metais nas portas dos presídios da Bahia. Isso acontecendo, nós estaremos livres de muitas outras ações nefastas, onde grandes traficantes de lá de dentro determinam as ordens e as deliberações. Muitos, às vezes, tão portentosos como são eles internos se sentem coagidos, inibidos e fustigados à prática de crime dentro da sociedade, o que vem trazendo prejuízo para todos nós.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Dando continuidade ao trabalho do Pequeno Expediente, passo a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais parlamentares, o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a reforma eleitoral. Entendo que a reforma aprovada vem sendo denominada como minirreforma, mas é preciso, após o próximo processo eleitoral, que a sociedade civil organizada, os setores populares, democráticos, mobilizem-se para que haja uma efetiva e profunda reforma eleitoral no nosso País a fim de que avancemos no processo democrático. Essa reforma eleitoral vinha se arrastando havia e anos e nunca se concretizava. Agora, foi aprovada uma minirreforma, que tem alguns aspectos positivos, como a utilização da internet, mas não ataca questões essenciais, entre as quais está o financiamento público para que possamos democratizar o processo eleitoral em nosso País.

Há também a fidelidade partidária. É preciso levar em consideração a necessidade de um pleito eleitoral democrático, participativo, em que a população possa, efetivamente, identificar os seus verdadeiros representantes para que possamos ter um Legislativo, um Executivo mais democrático e mais afinado com os anseios dela.

Portanto, entendo que essa minirreforma é o que está sendo possível fazer neste momento. Não se conseguiu avançar mais, mas ir até o ponto de uma minirreforma em que não se muda praticamente nada e não se atacam questões fundamentais.

Não tenho dúvida de que, a partir do próximo processo eleitoral, teremos um grande desafio: a mobilização popular pressionando para que tenhamos uma reforma efetiva. Não podemos, nem a população brasileira pode, em hipótese alguma, ficar refém dos grandes financiadores, dos grandes empresários que interferem no pleito eleitoral. É preciso que haja o financiamento público, os limites para que a eleição se dê num campo mais democrático e igualitário. As Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados, as Câmaras de Vereadores precisam ter uma maior autonomia e uma maior afinidade com a população. Não podem ser determinadas pelos grandes grupos empresariais e pelas elites, e, nesse sentido, o financiamento público dá uma grande contribuição.

É preciso impedir a interferência dos grandes grupos empresariais nas eleições do nosso País, para que possamos eleger candidatos verdadeiramente afinados com os anseios das lutas populares e a transformação da nossa sociedade; dificultar a ação dos partidos de aluguel, dos partidos criados para ser vendidos ou alugados; e consolidar o pensamento político concreto e coerente, seja de direita, seja de esquerda, e isso é democracia, mas não se podem estar criando partidos de aluguel! Portanto, a reforma política tem que atentar para fortalecer o pensamento partidário, as ideias e os princípios!

Espero que, no próximo pleito eleitoral, com a mobilização popular e a participação da sociedade, façamos uma reforma política verdadeiramente séria, comprometida com os interesses da população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Pela ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Solicito uma verificação de quórum para a continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- V.Ex^a será atendido.

Informo a presença de 9 Srs. Deputados, número insuficiente para a continuação da sessão. Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*